



4º EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13, 14 e 15
Set / 2017

Boa Vista / Roraima - Brasil

GÊNERO E A MULHER INDÍGENA: Uma breve discussão

Luana Almeida de Moura¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir os artigos de Cristiane Lasmar (2008), intitulado “Irmã de índio, mulher de branco: perspectivas femininas no Alto Rio Negro”, de Ângela Sacchi (2003), “Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas” e de Donna Haraway (2000), “Manifesto Ciborgue, Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista no final do século XX”. Para tanto, busca estabelecer uma relação comparativa entre estes textos e a proposta de trabalho de Dissertação, cuja temática trabalha o processo de organização das mulheres indígenas de Roraima.

Palavras chave: Dissertação; Mulheres Indígenas; Organização.

ABSTRACT: This paper aims to analyze and discuss the articles by Cristiane Lasmar (2008), entitled "Sister of Indian, Woman in White: Women's Perspectives in the Upper Rio Negro", by Ângela Sacchi (2003), "Indigenous Women and Political Participation: Gender Indigenous women "and Donna Haraway (2000)," Cyborg Manifesto, Science, Technology and Feminism-Socialist in the late twentieth century." To do so, it seeks to establish a comparative relationship between these texts studied in the discipline of Culture and Identities in the Continental Amazon and the work proposal of Dissertation, whose theme is the process of organizing indigenous women of Roraima.

Keywords: Dissertation; Indigenous Women; Organization.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima- PPGSOF/UFRR.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma análise comparativa e analítica dos textos trabalhados em sala de aula na disciplina de Cultura e Identidades na Amazônia Continental e sua relação com o objeto de pesquisa da Dissertação. Inicialmente, apresento um resumo das ideias centrais das autoras em questão, Cristiane Lasmar (2008) que aborda sobre o deslocamento da mulher indígena da comunidade para a cidade, Ângela Sacchi (2003) trabalha o processo organizativo das mulheres indígenas e a discussão de gênero nesse contexto e Donna Haraway (2000) descreve o feminismo e o “ser mulher”. Em seguida, é discutido os principais pontos que dialogam com a temática que pretendo pesquisar, o processo de organização das mulheres indígenas de Roraima, cuja pretensão é realizar um histórico desse processo organizativo, que inicia com o movimento de mulheres indígenas e, posteriormente, culmina na criação da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR).

2 MULHER INDÍGENA: QUESTÃO DE GÊNERO

No artigo de Cristiane Lasmar (2008), intitulado: Irmã de índio, mulher de branco: perspectivas femininas no Alto Rio Negro, a autora traz algumas discussões pertinentes aos indígenas de São Gabriel da Cachoeira, especificamente, sobre as mudanças que ocorrem na vida das mulheres indígenas, a partir do momento que estas se deslocam de suas comunidades para a cidade de São Gabriel da Cachoeira. Conforme Lasmar (2008), há uma superposição dos homens em relação às mulheres indígenas, é o caso por exemplo de que os homens são os legítimos representantes de uma comunidade, cabendo à mulher uma posição ambígua e descentrada e tarefas como: produção de alimentos, roça e a culinária (LASMAR, 2008, p. 3).

Trabalhos como o de Lasmar (2008) traduzem as diferenças e semelhanças entre indígenas que variam de cada localidade. Em São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, o casamento de indígenas com não índios evidenciam a relação entre homens e mulheres dessa região. Trazendo consigo a relação de gênero e sob que ótica esta é vista. Lasmar (2008) discute o casamento, onde este, é bem mais atrativo para os homens do que para as mulheres, por exemplo:

Uma vez casadas, as mulheres têm sua carga de trabalho multiplicada e assumem a responsabilidade permanente de alimentar o marido e os filhos[...]a maior parte das atividades relativas ao cultivo e preparo da mandioca possui forte conotação feminina, o que faz com que um homem dependa sempre de uma mulher que lhe prepare a comida (LASMAR, 2008, p. 3).

A partir da citação, observa-se a dependência masculina em relação às mulheres. Não somente em relação ao preparo da comida, mas também em relação ao próprio cultivo e sustentação da casa. De acordo com Lasmar (2008): “Outro fator, talvez o mais importante, que torna o casamento menos interessante para as mulheres do que para os homens é o desconforto afetivo que elas experimentam por terem de se apartar dos parentes.” (LASMAR, 2008, p. 6). Estas se deslocam para uma comunidade estranha, sem familiares, e por muitas vezes, até sem sua língua materna. Entretanto, há um contraponto em relação ao casamento, as mulheres podem escolher seus cônjuges, tem possibilidade de abandonar o marido sem grandes consequências, desde que seja antes do nascimento dos filhos, ou seja, as mulheres do Alto Rio Negro, gozam de uma estreita liberdade e autonomia, desde que esta esteja atrelada à sua esfera doméstica.

Ainda em relação ao matrimônio, é importante frisar, o casamento com o branco no qual a mulher indígena se re-situa socialmente, cria novas possibilidades de melhoria de vida tanto para os filhos, quanto para os parentes.

Outro importante texto para nossa reflexão é o artigo de Ângela Sacchi (2003) intitulado: Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas, cujo objetivo é trazer uma reflexão sobre como a prática política realizada pelas organizações de mulheres indígenas, complexifica a configuração das identidades étnicas e de gênero no momento atual do movimento indígena.

Deste artigo, é importante observar que é o trabalho que mais se aproxima do que pretendo trabalhar na Dissertação. Sacchi (2003) faz uma contextualização do Movimento Indígena Brasil afóra, toma a discussão de gênero numa visão mais macro até chegar no Movimento estadual, mais especificamente, em Roraima. Conforme Sacchi (2003) os motivos para que se tenha uma organização de mulheres indígenas, tome-se aqui como exemplo, é devido ao contato com a sociedade não indígena, sendo este, um dos principais fatores:

Esse processo organizacional, portanto, é dinâmico e tem sido resultado dos impactos promovidos pela ação do Estado e das sociedades não indígenas, além das condições individuais e sociais das próprias indígenas. Assim, há níveis distintos de participação política influenciados pelas características das organizações, pela situação de gênero (casadas, solteiras, com ou sem filhos), elementos de sua trajetória de vida, a vivência na cidade, a distância da sede da organização e de uma comunidade a outra para participar das reuniões, o interesse em participar, etc. (SACHHI, 2003, p. 5).

Deste modo, entende-se que as mulheres indígenas e suas distintas trajetórias rumo à organização, depende também da situação do seu gênero entre

outros fatores pertinentes. Isto não quer dizer que não haviam condições particulares e individuais das mulheres indígenas em participar das reuniões da organização.

Sacchi (2003) traz em seus escritos, o relato de algumas reuniões da organização que conseguiu acompanhar e destaca a especificidade da mulher indígena quanto à sua bandeira de luta, entre esta, destaca-se: “o combate à violência, estupro e prostituição; a revalorização da identidade étnica; a maior articulação e participação política das mulheres, através do apoio dos homens indígenas” (SACCHI, 2003, p. 7). Ou seja, observa-se que a indígena buscou aproximar-se mais ainda do seu povo, levantando consigo o desejo de luta em prol de melhorias e aceitação pelos seus líderes.

A construção dessa consciência de luta, não se deveu tão somente à inserção das discussões de gênero nas comunidades indígenas, mas já era algo que inquietava as mulheres. Mas, diga-se aqui, que esse contato com o não indígena trouxe mudanças para a vida destas mulheres, assim como para a sua comunidade. A afirmativa é descrita pela Antropóloga Ângela Sacchi (2003, p. 8):

Igualmente, houve alterações na divisão do trabalho que têm sido resultadas da ida de homens e mulheres aos centros urbanos, da importância atribuída agora ao trabalho assalariado e do exercício de atividades como professores e agentes de saúde indígena, que exigem qualificação e apenas uma minoria é capaz de exercê-las.

Assim, boa parte dos indígenas acabam ficando à mercê de políticas públicas indigenistas, e as mulheres, estariam “dependentes” dessas políticas, entretanto, nenhuma específica para discutir suas especificidades. O que traz à tona, uma reflexão e a necessidade de se discutir a questão de gênero nas comunidades indígenas, pois entende-se, que é necessário para que assim se possa rediscutir novos espaços, visando a união e o bem da comunidade.

Outra autora que trago para nossa reflexão inicial, é Donna Haraway (2000), autora do artigo intitulado: Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX, cujo texto traz em si, uma discussão sobre a imagem do ciborgue para estabelecer uma contribuição para a teoria e para a cultura socialista-feminista, de uma forma “pós-modernista, não naturalista, na tradição utópica de se imaginar um mundo sem gênero, que será talvez um mundo sem gênese, mas, talvez, também, um mundo sem fim.” (HARAWAY, 2000, p. 38).

Haraway (2000) discute em seu artigo, a questão do “ser mulher” e sua naturalização, o que nos chama atenção e nos direciona à reflexão. Para uma melhor compreensão, é importante definir o que a autora entende e define por ciborgue, quais seus objetivos ao colocar em discussão a inquietude em relação aos ciborgues e em

que, este, se relaciona com o feminismo do século XX. De antemão, deixo aqui a minha admiração pelo ensaio de Donna Haraway, instigante e desafiador, embaraçoso, por vezes, talvez, por requerer muito mais atenção, pois o título por si só, já traz em si uma curiosidade por parte do leitor.

Haraway (2000) critica o marxismo e o feminismo radical, principalmente quando estes, acabam por naturalizar a mulher e lhes dar uma concepção de identidade única que as uniria. A autora defende a substituição da categoria identidade por afinidade. Conforme Haraway (2000), cabe às feministas ciborgue essa reflexão sobre a identidade: “feministas-ciborgues têm que argumentar que ‘nós’ não queremos mais nenhuma matriz identitária natural e que nenhuma construção é uma construção totalizante.” (HARAWAY, 2000, p. 53). Segue seu ensaio utilizando a metáfora do ciborgue para explicar suas reflexões e argumentos em relação à estrutura das relações sociais da atualidade.

Os três textos citados, trazem em comum conceitos e temáticas que procuro trabalhar na Dissertação, entre eles, a categoria gênero e mulher. Observa-se a concordância entre os textos, pois partem de uma visão não totalizante para estabelecer suas concepções. O que é importante dizer em relação aos ensaios, é que estes, tem visões direcionadas à determinadas sociedades e localidades.

Enquanto Cristiane Lasmar (2008) trabalha a vida da mulher indígena do Alto Rio Negro-AM, mais precisamente as que se deslocam de sua comunidade para São Gabriel da Cachoeira-AM; Ângela Sacchi (2003) trabalha a mulher indígena roraimense e a construção de sua organização, fazendo um contexto das demais organizações Brasil afora, e por fim, Donna Haraway (2000), que traz para discussão, a metáfora do ciborgue, da visão determinante que uniria as mulheres, diga-se aqui, não especificando a mulher indígena, mas “as mulheres”, se opondo contra essa identidade única e universal do “ser mulher”.

As três autoras falam de forma muito distinta sobre a mulher indígena, com exceção de Haraway, que trabalha a questão do ser “mulher”. Tais autoras assemelham-se ao retratarem o cenário de transformação do ser mulher, esta discussão que me faz identificar semelhanças entre as autoras e o meu objeto de pesquisa.

A pesquisa intitulada Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR): avanços e retrocessos (1999-2016), se propõe compreender o processo de construção da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) de 1999-2016, para isso, pretende-se fazer um histórico desse processo organizativo, uma vez

que, inicia-se com o movimento de mulheres indígenas e, posteriormente, culmina na criação da OMIR, em 1999. Analisar os agentes sociais envolvidos nesse processo de organização, suas reivindicações, impasses, desafios e conquistas desta entidade representativa das mulheres indígenas durante o recorte estudado.

O que se observou com a leitura do material já adquirido, é que as mulheres indígenas não querem se desvincular do seu povo ou da sua cultura, pelo contrário, uma das principais bandeiras de luta das mulheres indígenas é justamente a preservação dos seus costumes tradicionais, e para, além disto, querem se inserir no âmbito político, atuar mais efetivamente na luta por seus direitos, seja como mulher, mãe, ou liderança indígena, ocupando espaços que ficou por muito tempo destinado somente aos homens.

Este processo de organização traz consigo uma mulher mais ativa, diga-se aqui, não somente nos afazeres domésticos, como bem cita Cristiane Lasmar (2008) em seu artigo, mas também no meio político, dentro e fora da comunidade. Este espaço que outrora era destinado somente aos homens, Lasmar (2008) também cita algo semelhante em relação aos indígenas do Alto Rio Negro: “Os homens são os legítimos representantes de uma comunidade, tanto no que se refere às relações político-rituais internas e verticais quanto no que tange às relações horizontais com os outros grupos e com os brancos.” (LASMAR, 2008, p. 3). E pensando agora os novos espaços que a mulher indígena tem conquistado, Ângela Sacchi Monagas (2006) destaca: “A sua nova atuação denota especificidades em relação aos representantes tradicionais e demais indígenas de suas comunidades, pois passam a transitar no campo de negociação interétnica, espaço até então ocupado pelos homens de seus povos.” (MONAGAS, 2006, p.90).

O fator principal para a proposta da pesquisa de Dissertação é entender o processo organizativo de mulheres indígenas, deste modo, Monagas (2006) enfatiza que “é necessário descrever as configurações sócio-políticas que estabeleceram a conjuntura nacional que tornou possível o surgimento do movimento indígena a partir da década de 1970.” (MONAGAS, 2006, p. 73). Cabe aqui indagar onde estavam as mulheres indígenas nesse período?

Nesse processo de articulação, Maria Helena Ortolan Matos (2012) enfatiza que nos primeiros momentos de articulação do movimento indígena, as mulheres acompanhavam os homens (seus pais, maridos ou filhos) em encontros e assembleias, mas sem muito se exporem publicamente na condução das discussões e deliberações coletivas. (MATOS, 2012, p. 148).

Em Roraima, é na década de 1990 que o Movimento de Mulheres Indígenas de Roraima passa a ter maior destaque e começa a discutir as especificidades das mulheres indígenas, ou seja, demandas que tratam da saúde da mulher, da violência contra as mulheres dentro de suas comunidades, entre outras demandas pertinentes. Pois outrora, “Na trajetória do movimento indígena no Brasil, as mulheres indígenas criaram [...] associações com o intuito de fortalecer as reivindicações e ações do movimento ampliado, cuja coordenação se concentrava nas mãos das lideranças masculinas.” (MATOS, 2012, p. 148).

Em relação ao casamento com o não indígena, ou o “branco”, como diz Lasmar (2008) é uma união apreciada por boa parte das indígenas, pois esta possibilita melhorias de vida, enquanto moradoras da cidade, se comparada à vida na comunidade, mas também tem suas dificuldades e responsabilidades que na comunidade não teria. Além deste fato, a união com o “branco” permite às mulheres indígenas continuar com o contato com seus parentes, diferente daquelas que casam com um indígena de outra etnia e tem que mudar de comunidade. Em relação a essa dificuldade de deslocamento da mulher indígena, Fabiane Vinente dos Santos (2012) enfatiza que tal fato não ocorre somente com as mulheres que não exercem alguma atividade de liderança, mas também com as mulheres líderes:

Ser liderança indígena implica numa série de condições e mudanças que não estimulam as mulheres a assumir cargos nas organizações fora dos setores destinados exclusivamente às mulheres. Como a maioria dos departamentos e associações está localizada em sedes na cidade, fica difícil à mulher sair da comunidade e mudar-se para o meio urbano tendo filhos e marido. (SANTOS, 2012, pp. 5-6).

Assim, observa-se que exercer um cargo de liderança, para as mulheres a situação é bem mais difícil do que para os homens, pois como disse Lasmar (2008), aos homens já cabem a liderança na comunidade, e os rituais servem apenas para afirmar tal liderança.

Outro ponto que nos chama atenção nesses textos é o conceito de gênero e feminismo. Já se observou que o feminismo para as mulheres indígenas é bem diferente, como explica Santos (2012):

Sem dúvida o sentido de autonomia preconizado pelo movimento das mulheres indígenas é diferente do defendido pelo movimento feminista. Transposto da esfera acadêmica para os movimentos sociais, o conceito de gênero tem sofrido vários câmbios teóricos. Estes câmbios de sentido, em se tratando do movimento de mulheres indígenas, acontecem nos dois sentidos: tanto em relação ao conceito, que precisa ser revisto para aplicação, quanto em relação às próprias mulheres e o movimento de forma geral, que dele se apropriam para balizar os debates e reivindicações. (SANTOS, 2012, p. 9).

Observa-se que as mulheres indígenas têm suas especificidades, e que estas são bem diferentes das que pregam o discurso feminista, o gênero indígena vai além do que luta o feminismo, ou se contrapõe. “Ao movimento feminista fica a tarefa

de buscar o diálogo junto a estas novas “atrizes sociais”, abrindo mão das “certezas” sobre as relações de gênero da sociedade ocidental.” (SANTOS, 2012, p. 10).

Donna Haraway (2000) contribui positivamente com a ideia sobre o conceito de gênero:

Depois do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente constituídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade “essencial”. Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher (HARAWAY, 2000, p. 48).

Com a citação em voga, apresento a problemática do projeto de Dissertação do Mestrado, cujo objetivo é refletir como foi possível a constituição de uma organização como de mulheres indígenas no contexto do movimento indígena mais amplo? A partir de que essas mulheres tiveram a necessidade de criar uma organização? De que forma as mulheres indígenas vão começar a questionar a liderança masculina e requerer sua participação no cenário político e nos espaços de decisões? Essas são algumas indagações que a pesquisa também se propõe a responder. Sobre tais reflexões, a antropóloga Ângela Sacchi (2003) em seu artigo contribui com a seguinte afirmativa:

As propostas das mulheres evocam um desafio ao movimento indígena e aos organismos estatais e não governamentais devido às suas especificidades étnicas e de gênero, e são os compromissos e alianças entre indígenas e não indígenas que estabelecem um processo político complexo de autonomia das mulheres indígenas (SACCHI, 2003, p. 7).

Esse processo de autonomia que as mulheres indígenas do estado de Roraima têm buscado com sua organização. Um espaço para discussão e compreensão de suas pautas.

As mulheres, inicialmente, não participavam da tomada de decisão do movimento liderado pelos homens, mas participavam das assembleias como sujeito passivo, como consta nas atas de assembleia do início do movimento de mulheres indígenas. Acompanhavam seus filhos, pais, maridos, para fazer a comida e servir alguma bebida, além disso, em alguns momentos essas mulheres estiveram frente a manifestações pela demarcação de terras, mas acabaram ficando invisível nesse processo de luta.

As mulheres indígenas começaram a questionar esses espaços ocupados apenas por homens. Queriam ser mais participativas, não tomando lugar de nenhum líder, mas adquirindo seu próprio espaço. É neste cenário que vai surgir o Movimento de Mulheres Indígenas de Roraima e, por conseguinte, a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR).

O movimento surge primeiramente para fortalecer a luta em prol da conquista da terra, num segundo momento, queriam ter uma participação mais efetiva,

como esclarece Matos (2012) nas últimas décadas, as principais reivindicações das mulheres indígenas eram pela participação direta no gerenciamento de projetos indígenas comunitários, sobretudo, os de desenvolvimento sustentável e de revitalização cultural articulada à geração de renda. E no caso específico do Movimento das Mulheres Indígenas de Roraima, de acordo com Carla Onofre Ramalho (2013) “As lutas enfrentadas pelas indígenas roraimenses incluem assuntos relacionados à saúde, educação, resgate da cultura e combate à violência doméstica.” (RAMALHO, 2013, p. 8).

As lutas das mulheres indígenas é uma questão que vai de encontro à sua própria cultura, devido à sua participação no cenário político, pois, a mulher indígena, até então, não tinha direito a voz e voto nas decisões das assembleias de reunião de seu povo.

A mulher indígena tem conquistado cada vez mais espaço tanto na esfera social quanto política. E, isto, não foi de imediato que aconteceu, mas em meio às lutas diversas, até mesmos dentro de suas próprias comunidades.

3 NOTA CONCLUSIVA

Entende-se que a mulher indígena tem suas especificidades em relação ao gênero e essas questões precisa ser dada a devida atenção, principalmente, quando se trata do processo organizativo dessas mulheres, uma vez que possuem bandeiras de lutas muito singulares a elas. E por mais que estejam muitas vezes inseridas num meio social muito diferente do seu espaço de vivência em comunidade, isso não a faz perder sua identidade de mulher indígena, pois preservar seus valores tradicionais e afirmar sua identidade étnica é alguma de suas reivindicações. Entretanto, a partir do momento em que começam a se inserir em novos espaços faz com que comecem a questionar suas funções dentro da comunidade e a repensarem os papéis de gênero. Percebe-se desse modo, que tanto a identidade das mulheres indígenas, quanto a ocupação de novos espaços tem passado por uma transformação. As mulheres indígenas querem ter voz e fazer com que esta voz seja ouvida, não somente pelos homens de sua comunidade, mas fazer esta voz ecoar e assim reconstruir espaços que possam ser discutidas suas especificidades.

Por fim, é notório o enriquecimento que as autoras proporcionaram a este trabalho, trazendo novos conceitos e reflexões sobre gênero, feminismo e o “ser

mulher”. Possibilitando assim, um diálogo com os autores trabalhados inicialmente, no projeto de dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue, Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2000.

LASMAR, Cristiane. **Irmã de índio, mulher de branco: perspectivas femininas no Alto Rio Negro**. Mana, volume 14 (2), p. 429-454, 2008. Disponível em: < <file:///F:/Cultura%20e%20Identidade/IMÃ%20DE%20ÍNDIO,%20MULHER%20DE%20BRANCO,%20PERSPECTIVAS%20FEMINAS%20NO%20ALTO%20RIO%20NEGRO,%20CRISTIANE%20LASMAR.pdf>> Acesso em 19 de junho de 2017.

MATOS, Maria Helena Ortolan. **Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementaridade ao lugar de especificidade**. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião de Antropologia”. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

MONAGAS, Ângela Célia Sacchi. **União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Recife, 2006, Disponível em: <http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/790/arquivo4717_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 11 de setembro de 2014.

RAMALHO, Carla Onofre. **Unidas para a luta: a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384179108_ARQUIVO_CarlaOnofreRamalhoFIM.pdf> Acesso em: 10 de outubro de 2014.

SACCHI, Ângela. **Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas**. Revista Antropológica, ano 7, volume 14 (1 e 2), p. 95-100, 2003. Disponível em: < <file:///F:/DISSERTAÇÃO/Artigo-%20mulheres%20indígenas-%20ANGELA%20SACCHI.pdf> > Acesso em 19 de junho de 2017.

SANTOS, Fabiane vinente dos. **Mulheres Indígenas, Movimento Social e Feminismo na Amazônia: Empreendendo aproximações e distanciamentos necessários**. Revista EDUCAmazônia, ano 5, vol VIII, 2012-1, jan-jun, pág 94-104. Disponível em: < <file:///F:/MulheresIndigenas.pdf>> Acesso em 20 de maio de 2016.